

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC: avaliação do processo de reestruturação de uma empresa estatal

Fernanda Latrônico da Silva – UFSC

E-mail: felatronico@fepese.ufsc.br

Silvio Antonio Ferraz Cario – UFSC

E-mail: fecario@yahoo.com.br

Glaison A. Guerrero – UFRGS

E-mail: glaisonguerrero@yahoo.com.br

1 Introdução

A dinâmica econômica coloca o Estado em novo patamar a partir dos fins dos anos 90 e início dos anos 2000, aonde a privatização de empresas estatais cede lugar à papel importante na criação das condições competitivas para as empresas que mantiveram sob este regime de propriedade. As empresas restantes se reestruturaram e passaram a ocupar papel importante nas cadeias produtivas. No bojo deste processo encontra-se a Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, empresa que procurou nos últimos tempos realizar processos reestruturantes, dentre os quais implementou novo corpo societário, forma de gestão, padrão de investimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre outras realizações.

No intuito de discutir este processo, o presente texto está dividido em 7 seções, sendo que nesta 1ª. seção faz-se a introdução; na 2ª. seção desenha-se o novo papel do Estado na economia; na 3ª. seção apresentam-se a composição acionária e o processo de reestruturação patrimonial empregados da CELESC; na 4ª. seção descreve-se o mercado de energia elétrica; na 5ª. apresenta-se o quadro de recursos humanos; na 6ª. seção descrevem-se os investimentos e os gastos em P&D; na 7ª. seção avaliam-se os resultados econômicos e financeiros; e por fim na 8ª. seção faz-se a conclusão.

2 Referencial teórico-analítico: reposicionamento do estado na economia

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

A década de 70 é marcada pelo esgotamento do regime de acumulação e modo de regulação designados fordistas pela escola da regulação francesa que caracterizaram os “*golden age*” das econômicas centrais capitalistas pós-II Grande Guerra Mundial. O termo fordismo é usado para sintetizar um “macrossistema” de acumulação intensiva com “regulação monopolista” dessas economias (Amin, 1994, p. 09 *apud* Veiga, 1997, p.35). Fordismo é caracterizado pelo crescimento intensivo e virtuoso da conjugação da acumulação de capital no paradigma de produção em série fundada em economias de escala e a universalização do assalariamento, com a transferência de parte dos ganhos de produtividade aos salários, permitindo a distribuição de renda e a reprodução do sistema através do consumo de massa.

O padrão institucional internacional criado em Bretton Woods (FMI, Banco Mundial e GATT) e o estado de compromisso (ampliação da proteção legal ao trabalhar), controles sociais (como a garantia estatal da distribuição de produtividade e reposição da inflação aos salários) e os gastos sociais (salário indireto e acesso a bens públicos) do “Welfare State” caracterizam a coesão sistêmica necessária nos “gloriosos” 1948-1973. Esse período é marcado pelo Estado intervencionista no domínio econômico ao ampliar as ações estatais tanto no lado da oferta com investimentos em infra-estrutura como reorientação das políticas econômicas pelo lado da demanda com políticas tipicamente keynesianas de manutenção de quase pleno emprego. A ruptura do sistema de Bretton Woods, em 1971, deflagrada quando Nixon decreta a inconvertibilidade do dólar ao ouro, e da introdução de taxas flutuantes em 1973, desencadeou sucessivas desvalorizações do dólar que provocou a queda das receitas e do valor das “reservas de óleo” denominadas em moeda americana, não por acaso origem dos dois choques do petróleo (1972 e 1979) (Tavares e Belluzzo, 2004, p.125). Como não se bastasse a inflação de custos advinda do aumento do preço do petróleo, na década de 70 também se deflagra uma crise de acumulação de capital com retração das taxas de lucratividade e dos níveis de produtividade nas principais economias centrais.

De uma perspectiva privilegiada 30 anos depois, nas décadas de 80 e 90 gestaram-se importantes mudanças estruturais e institucionais nas economias capitalistas. Já na década de 70 do modo fordista de produção em massa começa a ceder espaço – não que ela seja inviável e

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

irrelevante para muitas economias nacionais e mercados - para uma produção flexível, diversificada, baseada em economias de escopo, diferenciada e em atendimento a um consumidor mais exigente. O advento de novas tecnologias de informação e comunicação, a incorporação da microeletrônica nos bens de produção, enfim, mudanças técnicas, tecnológicas e gerenciais em termos de produtos e processos deflagraram maior flexibilidade e a formulação de estratégias organizacionais e modos de governança e relações entre empresas. O aumento do investimento direto externo (IDE) das grandes empresas transnacionais (ETNs), as estratégias de realocização internacional da produção industrial e novas formas de organização produtiva foram acompanhadas pelo aumento do comércio intra-industrial das nações, em decorrência das complementaridades produtivas das matrizes e filiais das grandes ETNs, e ampliação e aceleração das relações financeiras internacionais. Essas novas tecnologias de produto e processo acompanhados com o aumento expressivo dos investimentos em P&D, novas formas de organização e concorrência são o epicentro da dinâmica concorrencial da produção de bens de serviços de alta densidade tecnológica e as principais fontes do crescimento econômico das economias nos últimos 30 anos.

Como visto, os Estados nacionais são uma das formas construtivas dos modos de regulação. Todavia, é corrente a visão que as políticas econômicas clássicas (monetária, cambial, fiscal) dos Estados nacionais perderam muito de sua eficácia diante dos processos de internacionalização produtiva, comercial e financeira, destarte, a integração mundial as economias nacionais nas últimas três ou quatro décadas. Na realidade, a transformação das formas e papéis dos Estados nacionais estavam no centro do debate em torno do qual gravitavam recomendações para solução da estagflação, as crises financeiras e fiscais das economias desenvolvidas na conturbada década de 1970, e das econômicas em desenvolvimento no início dos anos 80. A intensificação da abertura comercial, liberalização da conta de capitais e a diminuição da intervenção do Estado no domínio econômico tais como disciplina fiscal, privatizações e desregulamentações ou re-regulamentação fez parte das recomendações do Consenso de Washington, propostas que supostamente alavancariam as taxas de crescimento econômicos dos países em desenvolvimento - justamente as que intensificaram a

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

internacionalização e integração econômica mundial e a conseqüente perda da eficácia das políticas econômicas nacionais.

Em decorrência, essas recomendações políticas enquadram-se ideologicamente na estratégia política neoliberal de reformas das funções e tamanho do típico Estado planejador e promotor da industrialização por substituições de importações, com seu aparelho estatal excessivo, a burocracia estatal ineficiente. Reformas, estas, fundamentadas na crença que as garantias e boa especificação dos direitos de propriedade, juntamente com os incentivos orientadores do mercado interno e externo seriam suficientes para dirigir o crescimento das economias através da acumulação de capital já revolucionado pelas novas tecnologias microeletrônicas que aumentam a produtividade do trabalho, principalmente, como forma de correção da especialização industrial interna dos países através de importações.

Conforme Rodrik (2005), há um contraste justamente entre as baixas taxas de crescimento econômico registradas pelos países da América Latina que adotaram sem questionamento as políticas neoliberais, daqueles que as adotaram parcialmente, principalmente do Leste Asiático que registram taxas mais altas de crescimento. A questão, então, é realmente “se novos elementos, surgidos nas décadas de 1980 e 1990, conseguem dar um novo dinamismo à acumulação e com isso superar a crise do fordismo e, subseqüentemente, conseguem se articular de forma a configurar um novo regime de acumulação e modo de regulação” (Arienti, 2003, p.101). Segundo Jessop (1992, p.60 *apud* Arienti, 2003, p.101) esse “período caracteriza-se por uma transição em que a combinação das estruturas fordistas não funciona mais no seu esperado papel regulador e novas estratégias empresariais e políticas governamentais são formuladas para reformar instituições e estruturas visando tentativamente superar as contradições e crises do fordismo”. Nestes termos, a expressão pós-fordismo representa um período de transição para emergência de novas estratégias privadas e transformação das formas e papéis do Estado.

Países redefinem suas estratégias visando inserção ativa no mercado internacional contando com comprometimento do Estado em impulsionar as condições para realização desta estratégia. Para tanto, devem contar com uma elite burocrática estatal competente, compromissada, autônoma e devidamente enraizada na iniciativa privada.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

De acordo com Evans (1996) nos Estados desenvolvimentistas há o recrutamento seletivo meritocrático dos funcionários nas melhores universidades dos países, que juntamente com a satisfação com a carreira burocrática são uma característica intrínseca desses Estados, de autêntica índole weberiana. As coerentes burocracias no Estado e nas empresas estatais atuam com certa independência com respeito às pressões particularistas da sociedade, mas seu espírito de corpo orienta o comportamento dos funcionários para propósitos coletivos. Não se trata, todavia, de uma autonomia burocrática que isolam os Estados desenvolvimentistas dos interesses sociais, mas uma autonomia inserida em redes sociais que institucionaliza a ligação do Estado à sociedade para negociação e renegociação contínua de objetivos e políticas.

Os importantes elementos não burocráticos da burocracia nos Estados desenvolvimentistas constituídos por redes informais de longa tradição histórica construídas nos círculos de origem político-partidários, universitários e/ou militar também incrementam a coerência burocrática e a eficácia das políticas. Um exemplo impressionante dessas redes que alicerçou a política industrial no Japão são os laços da burocracia do Ministério da Indústria e do Comércio – MITI - com os principais industriais construídas por ex-integrantes do MITI em empresas, associações empresariais e entidades semi-oficiais. Esses laços de compromisso corporativos reforçam a estruturas organizacionais formais dos Estados. Nestes termos, esses Estados têm uma extraordinária capacidade de implementação e instrumentação de objetivos e políticas de transformação e/ou ajuste estrutural, mas com a participação seletiva em tarefas de acordo com suas capacidades.

Novas estratégias também são prementes para mudanças na produção de bens e serviços públicos e sociais, sobretudo se as empresas estiverem nas mãos do Estado. Estas estratégias têm como justificativa o poder do Estado impulsionar com suas empresas processos virtuosos de causação cumulativa intersetoriais e externalidades tecnológicas dinâmicas que induzem um crescimento da produtividade da economia como um todo e sua própria competitividade. A principal ênfase dos investimentos públicos pelas empresas estatais, além de criar infra-estrutura básica, é para atuar como fontes de demanda de produtos de alta intensidade tecnológica como militar, computação, aviação, agência espacial, genética etc., para desenvolver fornecedores nacionais de equipamentos e materiais justamente para pesquisa e desenvolvimento

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

de tecnologias que se difundem posteriormente para usos civis. Não são poucos os exemplos de empresas que nasceram estatais para atuar em nós tecnológicos específicos e difusores de inovações, tais como o consórcio Airbus (acordo internacional entre a França, Inglaterra e Alemanha), a criação da Renault e Peugeot pelo Estado francês, a Petrobrás e a Embrapa pelo Estado Brasileiro, etc.

Nestes termos, observa-se que diante das condições competitivas com que se desenvolvem as relações capitalistas atuais, o Estado desempenha papel crucial, não somente através do domínio da política econômica, mas também através de suas empresas, que por atuarem em setores infra-estruturais contribuem para melhorar as condições competitivas empresariais privadas. Assim como, no campo institucional, o Estado desempenha papel relevante discutindo e promovendo condições para as empresas situadas em seu território elevarem as condições de desenvolvimento. Para tanto, assim com as empresas privadas tiveram que se reestruturar frente o novo padrão competitivo, o Estado e suas empresas passaram por processos reestruturantes, assumindo novos papéis e novas funções no contexto das relações capitalistas.

3 CELESC: composição acionária e reestruturação patrimonial

No início dos anos 90 foram tomadas várias medidas no sentido de reposicionar financeiramente as empresas estatais. Em particular, no setor elétrico, encerraram vínculos financeiros existentes entre a ELETROBRÁS e as concessionárias, modificando a estrutura de financiamento do setor, dentre as quais as Contas de Resultado a Compensar - CRC e a desqualificação tarifária. Assim sendo, a partir de 1994, a CELESC procuraria novas formas de financiamento, dentre as quais a captação de recursos via mercado acionário.

Nos últimos anos, a composição acionária tem se mantido constante ao longo dos anos, com poucas variações na participação dos acionistas minoritários, especificamente os investidores estrangeiros e os classificados como outros. Os que possuem maior participação em número de Ações Ordinárias – ON, são o governo do Estado de Santa Catarina, Planner Corr de Valores S.A, PREVI e Fundação de Seguridade Social, tabela 3.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

Tabela 1: Composição Acionária da CELESC, posição em 31.12.2007

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	TOTAL %
	ON %	%	
Estado de SC	50,18	0,00	20,20
Planner Corr de Valores S.A	29,31	0,00	13,42
PREVI	12,59	0,00	5,07
Celos	5,33	1,14	2,82
CODESC	0,63	0,00	0,25
Geração Futuro (Fundos Adm.)	0,62	9,00	5,62
ELETROBRÁS	0,03	17,98	10,75
Tarpon Investimentos	0,00	21,27	12,71
Hedgin- griffo) Fundos de Inv.)	0,00	10,60	6,33
Poland Fia	0,00	10,58	6,33
Outros	1,32	29,44	18,12
Total	40,26	59,74	100

Fonte: Relatórios Contábeis CELESC, 2007 – Elaborado pelos autores.

Com base no relatório da administração de 2007, o capital social integralizado da CELESC era de R\$ 1.017 milhões, representados por 38.571.591 ações escriturais nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40.26%), também nominativas sem direito a voto. O Estado de Santa Catarina é o acionista majoritário, detendo 50,18% das Ações Ordinárias, equivalentes a 20.20% do total das ações. Os destaques de 2007 foram (CELESC, 2007). Dentre os participantes do capital social total da CELESC destaque para a participação estrangeira, cuja representação está 23.64%, detendo um volume de 9.116.404 ações, a grande maioria em ações preferenciais.

Por sua vez, dentro do programa de reestruturação do setor, a CELESC, no final de 2000 foi realizado um encontro promovido pelo governo do estado, onde foram apresentadas as seguintes propostas referentes ao processo de reestruturação: a transformação da CELESC em *holding* e a implementação de uma gestão tripartite. Em fevereiro de 2001, representantes do governo do Estado, da diretoria da empresa e dos empregados e da FIESC, aprovaram as primeiras diretrizes para a composição de um novo modelo de gestão. Neste mesmo ano, a empresa de consultoria Accenture foi contratada para elaborar a proposta do novo modelo de gestão. Após muitos debates junto à sociedade, por meio de audiências públicas, a proposta foi aprovada pela Assembléia Legislativa por meio da Lei nº 12.130 de 16 de janeiro de 2002 (Caballero, 2002). Os seus aspectos mais importantes foram:

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

- a) CELESC S/A: empresa de distribuição e comercialização de energia permanece sob o controle do Estado como *holding* e com duas subsidiárias integrais;
- b) CELESC Geração S.A: subsidiária sob o controle do Estado podendo contar com capital privado para a sua expansão;
- c) CELESC Telecomunicações S/A: subsidiária sob o controle do Estado, podendo passar ao controle privado.

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003 o Setor Elétrico entra numa nova fase, com normas legais para as concessões de serviços públicos de geração e distribuição de energia elétrica. A CELESC e demais concessionárias são obrigadas a se adequarem às novas regras e, desta forma, todas promovem o processo de desverticalização das suas atividades de geração e transmissão em m prazo de dezoito meses foi estabelecido (Teodoro, 2006).

A proposta de separação das atividades de geração e distribuição de energia elétrica da CELESC foi aprovada pela Assembléia Legislativa em 09.11.2005, tendo o apoio da bancada governista. Com isso, o governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, onde a CELESC é autorizada a reorganizar suas atividades administrativas, técnicas e societária, que ocorrerá através da desverticalização das atividades de distribuição e geração de energia (Teodoro, 2006).

O processo de desverticalização das atividades de geração e distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848 de 15 de março de 2004 e foi autorizado pela lei estadual descrita acima, onde recebeu a anuência a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006. A versão de ativos e passivos correspondentes a cada um dos segmentos e, os principais saldos dos ativos foram transferidos para as subsidiárias integrais de Geração e Distribuição, portanto, elas iniciam suas atividades operacionais totalmente desvinculadas de outras (CELESC, 2006).

A transformação da CELESC em *holding* com duas subsidiárias integrais detentoras de concessões para a exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica, mais participações societárias em atividades afins do setor teve início em 2006, após a

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

desverticalização das atividades da empresa, em atendimento ao novo marco regulatório do Setor Elétrico, conforme a Figura 1. Com isso, foram criadas três subsidiárias:

- a) A CELESC Distribuição S.A, responsável pela prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica formada por 2.140.988 unidades consumidoras. A Empresa detém a concessão de 262 dos municípios catarinenses. Em 241, a concessão é exclusiva da CELESC e, nos outros 21 municípios, mantém parcerias com cooperativas de eletrificação rural e outras concessionárias que atuam no Estado. No Estado do Paraná, a CELESC detém concessão do município de Rio Negro, onde atende a área urbana e algumas comunidades da zona rural.
- b) A CELESC Geração S.A. administra a operação de 12 usinas, localizadas nos municípios de Joinville (PCH Pirai), Schoroeder (UHE Bracinho), Blumenau (PCH Salto), Rio dos Cedros (PCH Cedros e UHE Palmeiras), Campos Novos (PCH Ivo Silveira), Mafra (CGH São Lourenço), Angelina (PCH Garcia), Lages (PCH Caveiras), Curitiba (PCH Pery), Faxinal dos Guedes (PCH Celso Ramos) e Videira (CGH Rio do Peixe), Juntos, esses ativos totalizam potência instaladas de 82,6 MW.
- c) Companhia de Gás Natural de Santa Catarina – SCGÁS: Em 2007, ampliando seus negócios, a CELESC finalizou o processo de aquisição do controle acionário da SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural em Santa Catarina. A SCGÁS comercializa e distribui 1,5 milhões de metros cúbicos diários de gás natural para 323 clientes em 39 municípios catarinenses (CELESC, 2007).



Figura 1: Estrutura Societária da CELESC

Fonte: Relatório Administrativo CELESC, 2007.

No âmbito das participações, a CELESC detém as seguintes empresas: a) tem detém 20% das ações ordinárias na Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE; b) 23,03% das ações ordinárias na Empresa Dona Francisca Energética – DFESA; c) participa com 40% das ações na Usina Hidrelétrica Cubatão; d) detentora de 19,3% do capital social da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

4. CELESC: mercado de energia

A energia elétrica distribuída pela CELESC Distribuição S.A somou em 2007 16.819 GWh, com destaque para a classe industrial, que representou 47,12% do consumo, seguida da classe residencial, com 22,30% do total distribuído. As classes comercial, rural e demais representaram, respectivamente 14,43%, 9,95% e 6,20% do consumo. O Gráfico 1 define o total de fornecimento de energia.

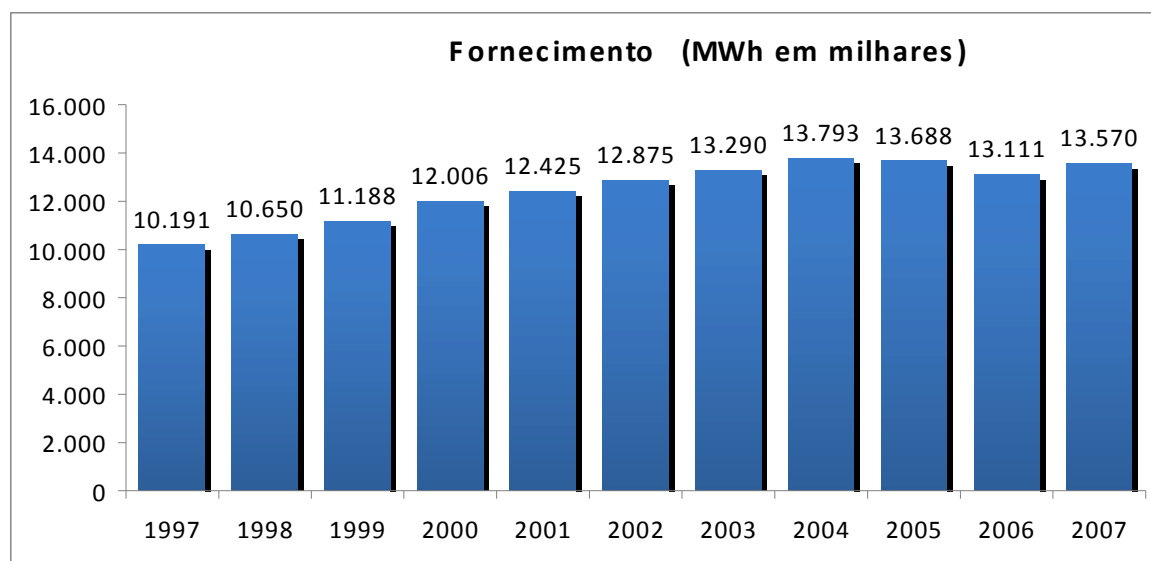


Gráfico 1: Evolução do Fornecimento de Energia Elétrica da CELESC, 1997-2007

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o fornecimento do sistema de distribuição a concessionária adquire quase toda a energia de terceiros. A energia requerida pelo mercado no ano de 2007 foi de 16.819 KWh, sendo que deste total, a energia fornecida por terceiros foi de 15.644 KWh, cerca de 93.01% . Destaque para a empresa Tractebel Energia S.A, sua principal supridora, com 39,8% de participação. O Gráfico 2, define o percentual da participação dos fornecedores.

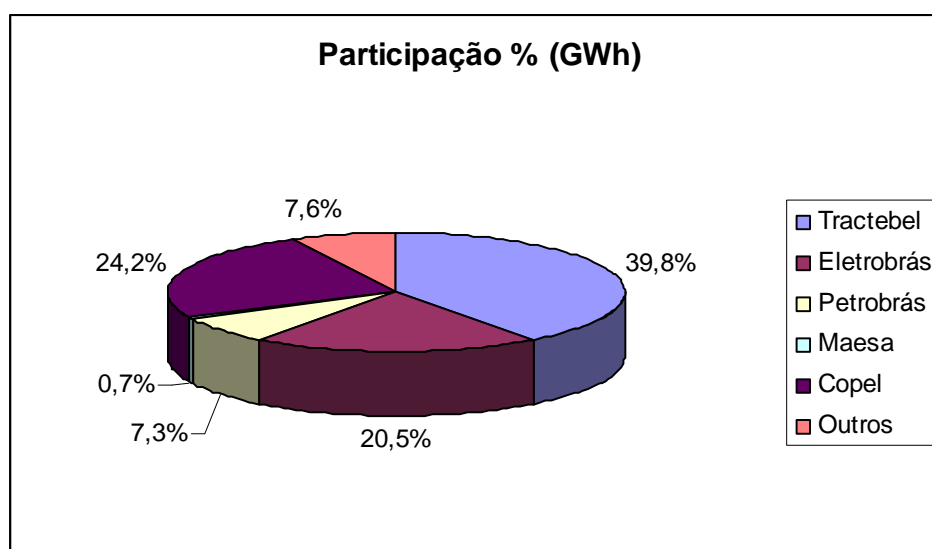


Gráfico 2: Fornecedores de Energia Elétrica para Revenda da CELESC em 2007

Fonte: Demonstrações Contábeis CELESC, 2007 – Elaborado pelos autores.

Além da Tractebel, a CELESC adquire a energia da Itaipu Binacional, de acordo com a Lei n 5.899, sancionada em 5 de julho de 1973, onde o faturamento mensal dessa potência é comercializado pelo sistema ELETROBRÁS. A CELESC complementa o fornecimento com a COPEL e outras supridoras através de contratos. Nestes contratos são estabelecidos o montante de energia contratada.

5 CELESC: recursos humanos

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

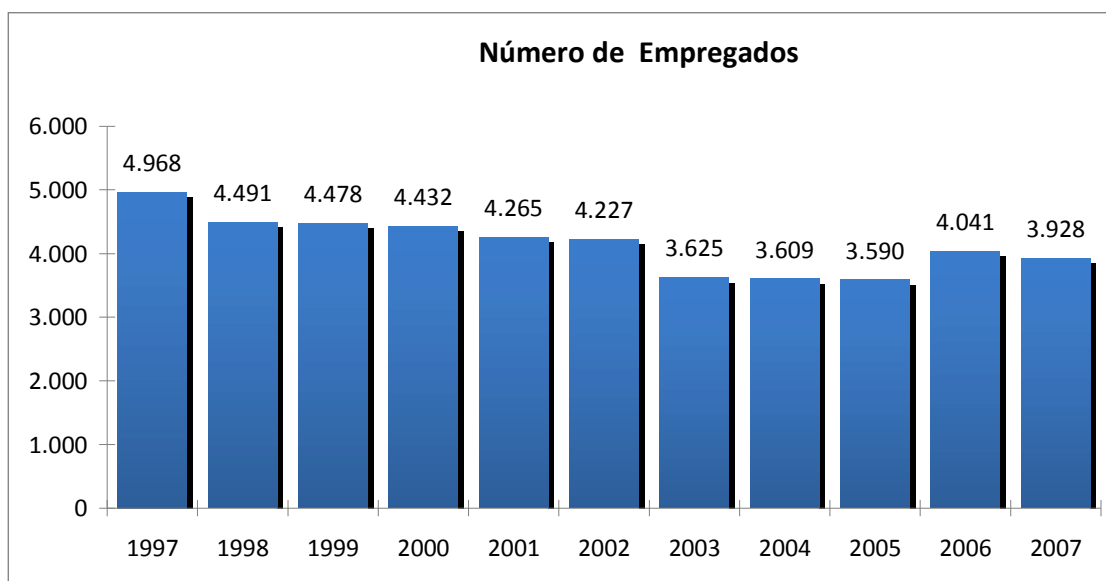
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

O contrato de trabalho dos funcionários da CELESC é regido pelas consolidações das leis trabalhistas – CLT. Os funcionários contam com diversos benefícios, entre eles: previdência privada, gratificação 25 anos, auxílio-creche, auxílio alimentação, auxílio com empregados com dependentes portadores de necessidades especiais, auxílio a deficientes, auxílio enfermidade, auxílio médico, auxílio odontológico. O acordo coletivo de trabalho 2007/2008, firmado em setembro de 2007, estendeu o anuênio e a licença prêmio, a cada cinco anos, para todos os empregados. Em cláusula especial, as mulheres passaram a contar com um dia de licença para exames preventivos.

Em seu processo de reestruturação a CELESC, em Programa de Demissão Voluntária Incentivada - PDVI, com início em 1996. No período de 1996- 2005 saíram 2.014 empregados, significando uma redução no quadro funcional de 35,94% (Teodoro, 2006). Em dezembro de 2006, a CELESC concluiu o Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, que teve o objetivo de reduzir o custo da folha de pessoal e ajustá-los conforme modelo estabelecido pela ANEEL. O programa durou quatro anos e a medida que ocorriam as demissões, eram realizados concursos públicos para a admissão de novos empregados, em funções devidamente adequadas às necessidades administrativas e técnicas. Em dezembro de 2006 encerrou-se o programa com 4.041 empregados, onde deste total 25% era formado por empregados novos, conforme o Gráfico 3 (CELESC, 2006).



III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

Gráfico 3: Evolução do Número de Empregados da CELESC, 1997-2007.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A gestão de Recursos humanos na CELESC visa a maior capacitação do corpo seu funcional. Historicamente, o capital humano da CELESC, tanto na área técnica como administrativa, participam de um amplo programa de capacitação e atualização. No ano de 2006 e 2007, foram realizados 309 e 257 treinamentos respectivamente. Seguindo este preceito, foram elaboradas em 2007, um programa de desenvolvimento gerencial por competências e estimulada a participação de empregados em curso de pós-graduação (CELESC, 2006 e 2007). A Tabela 2 retrata os treinamentos realizados e total de recursos investidos.

Tabela 2: Capacitação e Desenvolvimento Profissional da CELESC, 2005-2007

Ano	Treinamentos Realizados	Profissionais Treinados	Recursos Investidos (R\$ mil)
2005	202	2.974	3.542,00
2006	257	8.822	2.572,00
2007	309	6.827	1.595,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

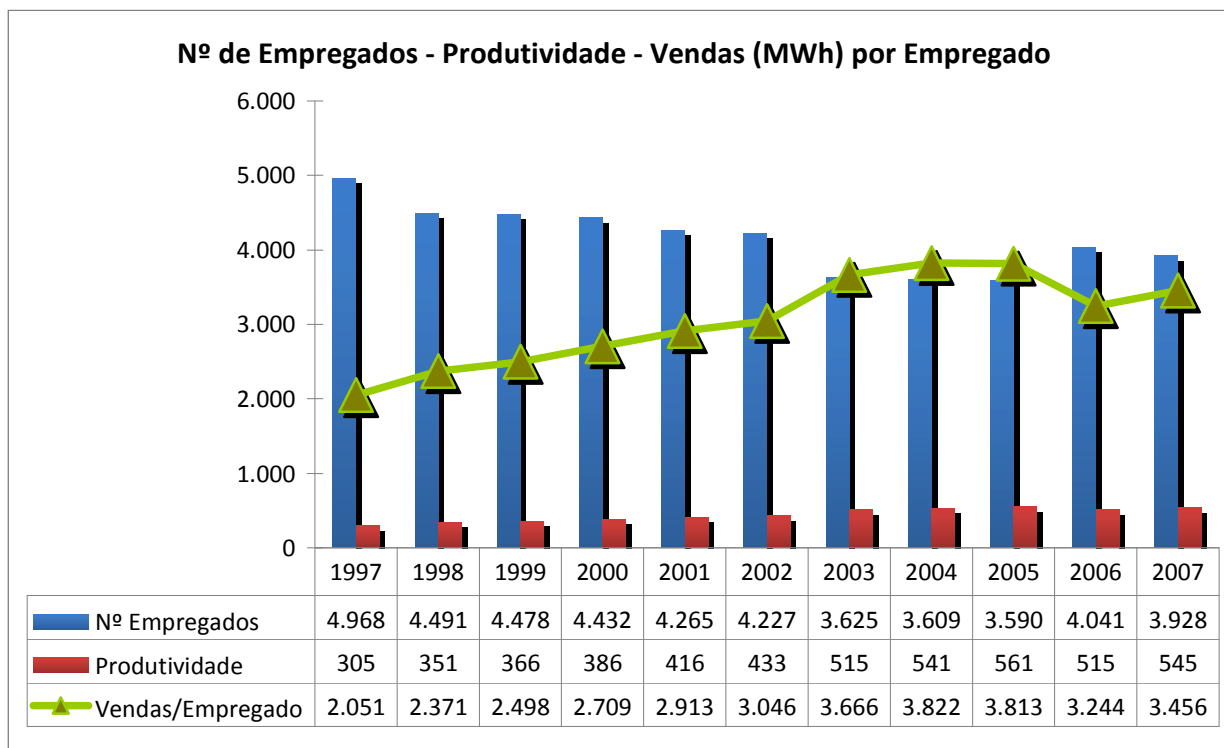


Gráfico 4: Relação entre: Número de Empregados - Produtividade - Vendas (MWh) por empregado da CELESC, 1997-2007

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se verificar no Gráfico 4 uma redução no número de empregados até o ano de 2005, fato que fez crescer o indicador de energia vendida por empregado. Assim, também ocorreu com a evolução da produtividade. Em 2006 o aumento do número de empregados deve-se ao fim do Programa de Demissão Voluntária Incentivada e a contratação de novos funcionários através de concursos públicos. Este fato refletiu nos indicadores de produtividade e conseqüentemente na energia vendida por empregado. Em 2007 houve um decréscimo no quadro de pessoal de 2,7% em relação a 2006. A proporção entre consumidores e empregados também apresentou aumento e cresceu 6,4% em relação a 2006.

6 CELESC: investimentos e gastos em P&D

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

Os investimentos totais da CELESC no ano de 2007 atingiram R\$ 343,1 milhões, um crescimento de 9,6% em relação ao ano de 2006, onde o investimento foi de R\$ 313 milhões, 25% superior ao ano de 2005, conforme o Gráfico 5. Assim como o ano de 2006, a maior parte dos investimentos foi realizada pela CELESC Distribuição S.A, com foco em obras de expansão e melhoria do sistema elétrico. Foram construídas no ano três subestações e outras onze, foram ampliadas. Foi viabilizada também a construção de 81 km de novas linhas de subestações e outros 5.000km de redes de distribuição. Com estes investimentos, a capacidade do sistema elétrico foi ampliada em torno de 5% e novas unidades consumidoras, 67.431 foram conectadas ao sistema.

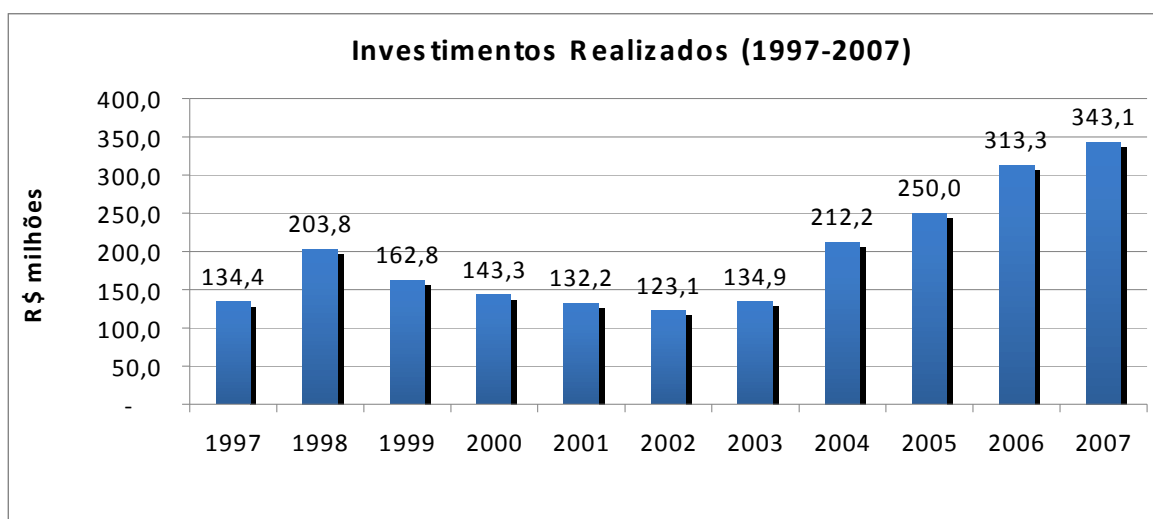


Gráfico 5: Investimentos Realizados pela CELESC, 1997- 2007

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3: Investimentos da CELESC Distribuídos por Área, CELESC, 1995-2005

Investimentos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Geração	6,00	32,60	40,30	14,30	3,10	10,30	1,10	0,69	0,74	0,36	0,26
Transmissão	19,3	28,3	-	-	6,3	3,1	-	-	-	-	-
Distribuição	100,6	126,1	106,1	109,0	110,7	100,4	128,7	177,9	239,4	290,3	322,2
Instalação Geral	8,5	16,8	16,4	-	12,1	9,3	5,1	33,6	9,9	22,5	20,64

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

CASAN	-	-	-	20,0	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	134,4	203,8	162,8	143,3	132,2	123,1	134,9	212,2	250,0	313,16	343,0

OBS: valores em R\$ milhões – valores históricos.

Fonte: Relatório Administrativo CELESC, 2007 – Elaborado pelos autores.

Os investimentos observados, representando pela Tabela 3, definem onde foram ingressados os recursos. Houve novas unidades de geração, repotencialização de usinas, melhorias e automação da rede de transmissão, construção e ampliação das subestações, modernização na comunicação dos dados e instalação geral. O intuito é de melhorar o atendimento ao cliente e a qualidade dos serviços prestados, buscando adequar-se a legislação do setor e as novas exigências do mercado consumidor. Com investimentos expressivos, a CELESC dá continuidade ao seu plano de expansão do sistema elétrico e de novos negócios (CELESC, 2007).

Destaque para os investimentos realizados nos anos 2006 e 2007. No ano de 2006, a empresa focou novamente na área de geração por uma questão de viabilidade econômica. Desde então, a CELESC reservou aportes de R\$ 38 milhões para repotenciar suas 12 PCHs, passando de uma geração de 82,6 MW para 182 MW. Foi realizado também uma chamada pública com o intuito de procurar parceiros para Sociedades de Propósito Específico (SPE), objetivando o controle acionário de 49% para desenvolver projetos com fontes alternativas de energia (CELESC, 2006).

Atualmente, a CELESC possui 12 PCHs, duas usinas eólicas e 14 termelétricas. Em processo de conexão, existem outras 34 PCHs, três usinas eólicas (uma em Água Doce, uma em Bom Jardim da Serra e uma em Laguna), e seis termelétricas, que demandam investimentos em torno de R\$ 3,88 bilhões (CELESC, 2007).

Observa-se que no ano de 2007 a CELESC Geração S.A investiu cerca de R\$ 260 mil na substituição de equipamentos obsoletos, na digitalização do sistema de proteção, instalação de dispositivos de supervisão e controle do sistema eletromagnético e modernização dos centros de operação. Com o objetivo de reforçar a rede de telecomunicações da Empresa, foram agregados novos serviços ao sistema de transmissão óptico-digital.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

Por sua vez, a preocupação da CELESC com os aspectos tecnológicos passou a ser mais evidente na década de 1990 com a abertura do mercado e o aumento da concorrência, principalmente no que diz respeito as novas formas de automação. A empresa vem investindo desde então em novas tecnologias e novos processos, com o objetivo de oferecer um serviço de qualidade aos seus clientes e se adaptar as inovações constantes. O investimento em tecnologia não só garante uma agilidade de eficiência nos serviços prestados, como também influencia numa melhora na qualidade nos processos de geração e distribuição, assim como, diminuição nas fraudes no sistema elétrico e na inadimplência.

Os investimentos em P& D tem como objetivo alcançar a eficiência com um menor custo para as concessionárias e para os clientes. Desta a forma, a Lei Federal nº 9.991 de 24.07.2000, obriga as concessionárias a investirem no mínimo um por cento de sua receita operacional líquida em P&D. A tabela tal define os recursos destinados a P&D em relação ao total de faturamento no período de 2003-2007.

Tabela 4: Total de Investimentos em Programa de P&D x Faturamento da CELESC, 2003-2007

Ano	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento em P&D	3,81	3,7	5,7	6,5	8,8
Faturamento	2.973,94	3.919,31	4.365,19	4.654,41	4.982,94

OBS: valores em R\$ milhões – valores históricos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2006, o Programa P&D passou a ser gerenciado pelo Departamento de Planejamento Corporativo, uma divisão específica. Neste ano também se encerrou o ciclo P&D 2004, com 19 projetos desenvolvidos e investimentos de mais de 4,7 milhões. O ciclo 2004/2005 é responsável por 28 projetos e envolve investimentos de R\$ 6 milhões. Este programa tem despertado interesse de universidades de instituições de pesquisa do país inteiro, pois nos dois últimos anos 124 projetos foram inscritos. Em 2007, os recursos destinados ao programa foram de R\$ 8,8 milhões. O programa atende à Lei Federal nº 9.991, de 24 de junho de 2000, alterada pela Lei Federal nº 11.465, de 28 de março de 2007, onde prevê a aplicação de 0,2% da Receita Operacional Líquida das concessionárias em P&D. A tabela 4 define os recursos destinados a P&D em relação ao total de faturamento no período de 2003-2006.

7 CELESC: resultados econômico-financeiros

O índice de endividamento total da CELESC define o percentual de obrigações no curto prazo e no longo prazo, em relação ao total de ativo. Através do gráfico, podemos observar um endividamento crescente em 1998, decorrente dos investimentos no segmento de geração de energia elétrica. Em 2002 a CELESC assina um contrato com o governos do Estado e o BNDS para a liberação de R\$ 497.116,00 que foram destinados à pagamentos de tributos e encargos do setor e também para a quitação de contratos de empréstimos com outras instituições, como ELETROBRÁS, Fundação Celos, *Euro Bonds*, entre outros. Pode-se observar que a partir de 2003 o índice inicia uma fase decrescente, que decorreu das obrigações de curto e de longo prazo que foram sendo liquidadas (Teodoro, 2006).

No ano de 2006, o endividamento bruto da CELESC foi de R\$ 159 milhões, com uma redução de 28% em relação a dezembro de 2005, onde o endividamento chegou a 222.294 milhões. Em 2007, o endividamento teve um aumento de 5,5% em relação ao ano de 2006, com R\$ 168,2 milhões. Mesmo com esse aumento, a empresa está tranqüila, pois as suas disponibilidades atingem R\$ 492.6 milhões e a dívida líquida no final de 2007 atingiu R\$ 324.4 milhões. Mesmo com a tendência de queda desde 2003, a empresa utilizou também no ano de 2006 um endividamento de mercado, chamado FDIC. O CELESC FIDC é uma operação de securitização de fluxos futuros de direitos créditos, através da cessão, entre a CELESC Distribuição S.A. (CELESC Distribuição) e o fundo, de direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas. Durante o primeiro mês da operação, o fluxo cedido deverá ser suficiente para cobrir as obrigações do fundo em mais de 5,0 vezes. O Gráfico 6 aponta o índice de endividamento, enquanto o Gráfico 7 expressa os índices de liquidez geral e o índice de liquidez corrente.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

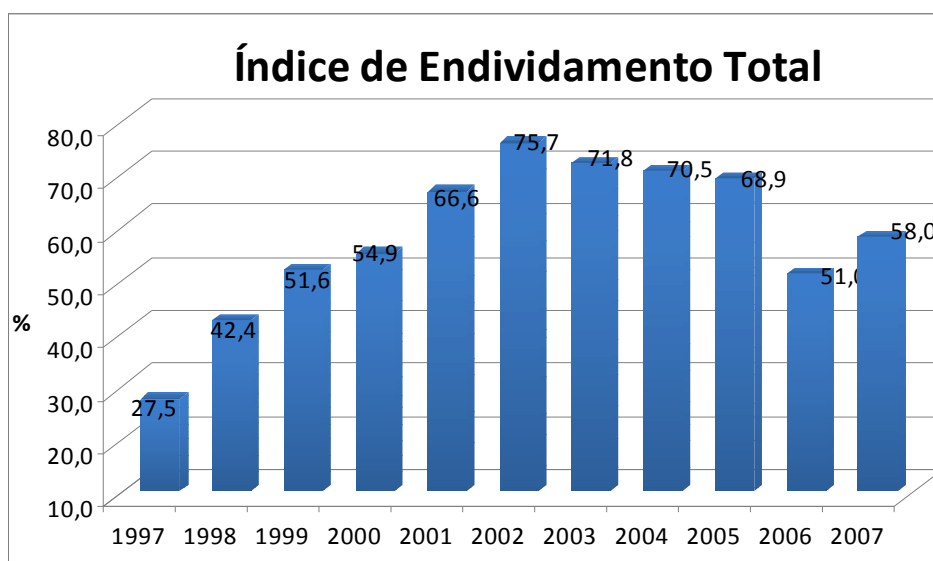


Gráfico 6: Índice de Endividamento Total da CELESC, 1997-2007.

Fonte: Elaborado pelos autores.

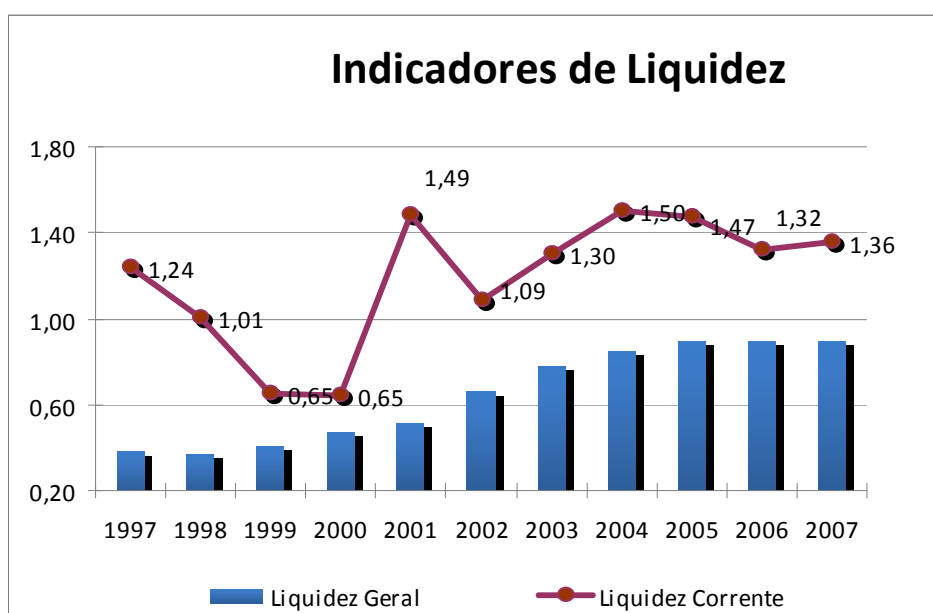


Gráfico 7: Índice de Liquidez da CELESC, 1997-2007.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir de 1997, o índice de liquidez corrente começa a ter uma queda acentuada e atinge o pior resultado em 1999, com 0,65, repetindo-se em 2000. Isso indica problemas financeiros na

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

empresa, ou seja, o elevado orçamento para investimentos não tinha a captação de recursos suficientes. Outro fator que contribuiu para esse resultado foi valorização do dólar frente ao real em 1999, que encerrou o programa de captação de recursos externos, iniciado em 1998. O aumento da energia adquirida de Itaipu (cotada em dólar) também influenciou negativamente.

Em 2001 observa-se uma melhora se comparado com o ano anterior. Este resultado foi obtido por meio da quitação de empréstimos de curto prazo (Banco Real) e renegociação de dívidas. Em 2002 acontece uma nova queda decorrente da redução do Ativo Circulante em proporção ao Passivo Circulante, pois o item classificado como “contas a receber do governo do Estado de Santa Catarina” foi transferido do débito que o governo do Estado tinha com a CELESC para a União, passando a ser chamado de “federalização da dívida” (Teodoro, 2006).

O Índice de liquidez corrente inicia um período de recuperação a partir de 2003. Este fato foi resultado da redução das obrigações de curto prazo e do reconhecimento no balanço patrimonial da conta de compensação de Variações de Custos de Parcela A - CVA, estabelecida pelo governo através da Portaria Interministerial nº 25 de 24 de janeiro de 2002, com o objetivo de verificar as variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período de apuração (CELESC, 2005).

No ano de 2005, verifica-se através da tabela, que houve uma redução no índice de liquidez corrente, por causa do aumento de despesas de curto prazo (taxas regulamentares, encargos de empréstimos e financiamentos, e custos com os benefícios pós –emprego) (Teodoro, 2006). A diferença do índice de liquidez entre os anos de 2005 e 2006 foi decorrente de uma decisão gerencial de prorrogar uma dívida e transformar a mesma dívida de curto prazo para longo prazo. Essa ação insere mais dinheiro no caixa da empresa e dá mais gás para possíveis investimentos, que a empresa necessitava para enfrentar a revisão tarifária, que só se finalizou em meados de 2008(CELESC, 2006 e 2007). No ano de 2007, a CELESC ficou em 8º lugar como maior empresa do setor elétrico em termos de liquidez corrente. A pesquisa foi realizada pela Revista Valor – Maiores Empresas, Edição 2008 (CELESC, 2008).

O Índice de rentabilidade na CELESC se concentra no lucro da empresa. Existem dois tipos de rentabilidade, a Rentabilidade do Ativo e a Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido. O gráfico 18 apresenta os índices e sua evolução a partir do ano de 1997.

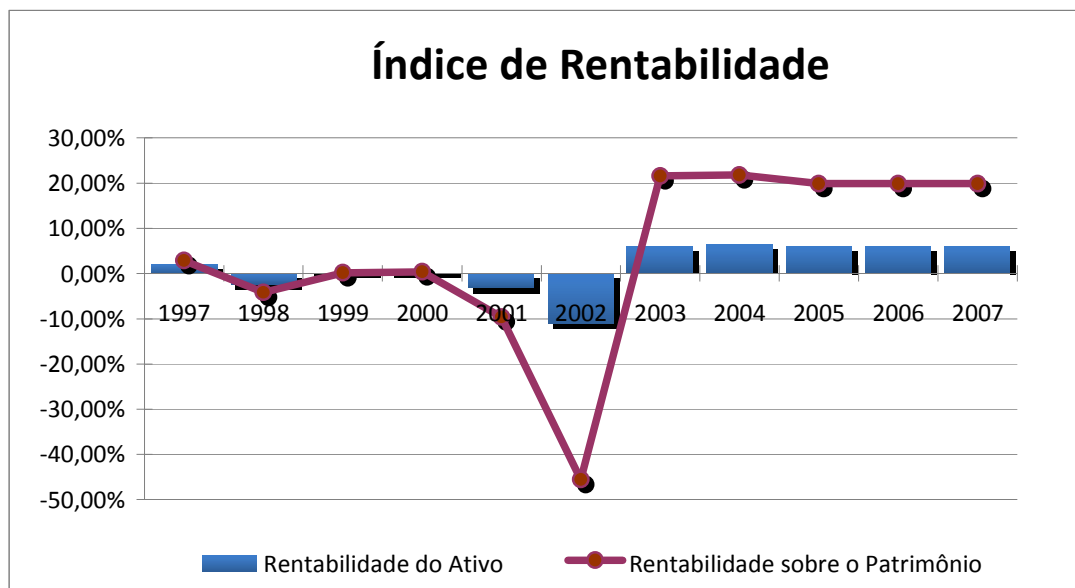


Gráfico 8: Índice de Rentabilidade da CELESC, 1997-2007

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se observar que a rentabilidade do ativo e a rentabilidade sobre o patrimônio da CELESC tiveram resultados negativos no ano de 1998, e baixo desempenho nos anos de 1999 e 2000. Em 2001 apresenta resultado muito negativo, agravando-se em 2002 (Teodoro, 2006).

Em 1998 a rentabilidade negativa deveu-se ao prejuízo líquido de R\$ 56,1 milhões no exercício. Em 2001 e 2002 a influência do resultado veio do provisionamento da desvalorização sobre as contas a receber do governo de Estado de R\$ 194,10 milhões e dos investimentos temporários no valor de R\$ 10,00 milhões. Em 2002 R\$ 389,30 milhões foi provisionado referente à despesa com pessoal do Programa de Demissão Voluntária Incentivada (Teodoro, 2006). Conforme informações do relatório da administração (2006, 2007 e 2008) os índices de rentabilidade se mantêm estáveis nos últimos cinco anos. De acordo com o anuário Maiores & Melhores 2006 da Revista Exame, a CELESC ocupa o 3º lugar em rentabilidade, ou seja, no retorno do investimento obtido no ano considerado.

É sempre importante que o resultados do exercício de uma empresa seja positivo, mesmo quando o principal acionista seja o Estado, pois o sucesso de uma companhia é obtido pelo retorno que a mesma dá aos acionistas e à sociedade (Teodoro, 2006). Partindo desse princípio, observa-se no Gráfico 9 o resultado do exercício entre 1999 e 2007.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

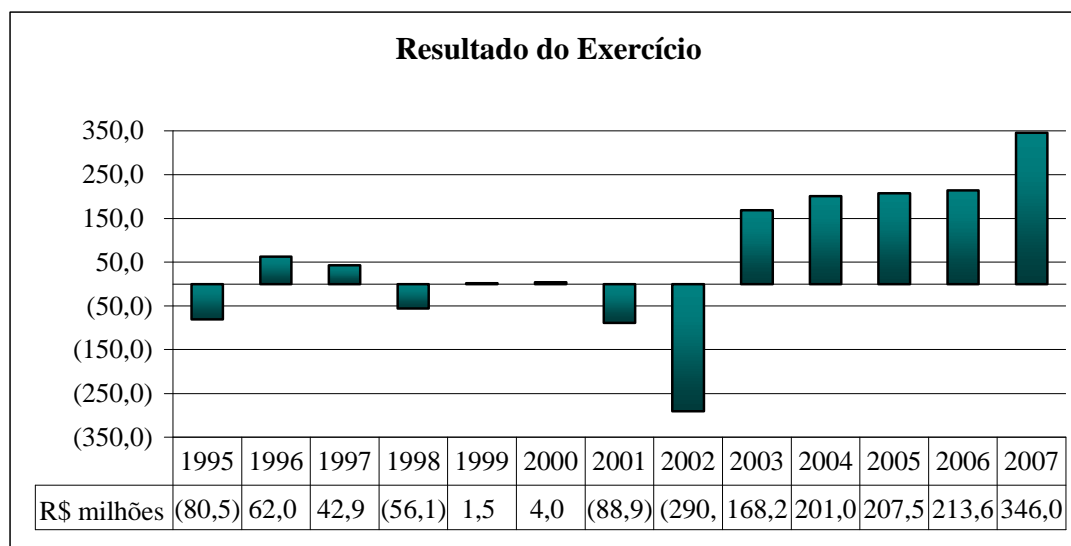


Gráfico 9: Resultado do Exercício da CELESC, 1999-2007

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após anos apresentando prejuízos, observa-se a partir de 2003 uma recuperação significativa, encerrando os cinco últimos anos com lucro líquido. No ano de 2005 a concessionária obteve um ótimo desempenho com lucro líquido no valor de R\$ 207,4 milhões, valor superior a 3,2% se comparado com o ano de 2004. Essa elevação foi consequência da receita operacional líquida, que atingiu o montante de R\$ 2.994,5 milhões. Além disso, outros fatores influenciaram, como a revisão tarifária de 2004 e o reajuste tarifário de 2005 (Teodoro, 2006).

Em 2006, a receita operacional líquida foi de R\$ 2.867,8 milhões, um resultado inferior ao ano de 2005. O desempenho é considerado positivo e deveu-se principalmente à liquidação de empréstimos de curto prazo. Conseqüentemente, as despesas financeiras em 2006 reduziram em aproximadamente R\$ 11 milhões, contra 176 milhões em 2005. Outros fatores que influenciaram no resultado foi complementação da Revisão Tarifária de 2004 e o Reajuste Tarifário de 2005 (Resolução Homologatória ANEEL nº 158 de agosto de 2005). O lucro líquido do exercício foi de R\$ 213,6 milhões, R\$ 6,2 milhões a mais se comparado com 2005.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

No ano de 2007, a receita operacional líquida, atingiu o montante de R\$ 3.166,8 milhões, superando em 10,42% se comparado com o ano de 2006. Dentre os fatores que influenciaram o desempenho destaca-se a evolução da receita operacional líquida da CELESC em 6,9% (198 milhões) e os efeitos da receita operacional líquida na SCGÁS (R\$ 100,9 milhões). A CELESC encerrou o exercício de 2007 com lucro líquido de R\$ 346 milhões, valor 61,9% superior ao ano anterior (R\$ 213,6 milhões). O resultado positivo reflete os efeitos do bom desempenho operacional da empresa e da alienação do investimento na Maesa, que representa lucro líquido de R\$ 57,4 milhões.

8 Conclusão

Do modelo de privatização para o setor elétrico dos anos 90, onde ocorre a redução da participação do Estado, que com a reforma enfatiza o papel da iniciativa privada, cujos objetivos eram criar um mercado competitivo, livre acesso aos agentes de transmissão no segmento, fortalecimento dos produtos independente, desverticalização do setor, e liberalização progressiva de consumidores, altera-se nos 2000. Neste processo, o Estado mínimo pregado pela reforma, transforma-se em Estado desenvolvimentista sob novo parâmetro nos dias atuais. Empresas estatais se reestruturaram com propósito de se tornarem competitivas e auxiliarem empresas privadas na construção de condições competitivas.

Neste quadro insere-se a CELESC, que vem nos últimos dez anos passando por processos reestruturantes, criando nova organização patrimonial, formas de gestão, política de pessoal, dinâmica de investimentos, promoção a P&D, entre outros aspectos, traduzindo em novos resultados nos campos econômico-financeiro. Este processo é impulsionado com o Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro, através do Decreto Lei nº 5.081 de 30 de julho de 2004, caracterizou-se como a retomada de investimentos nas áreas de geração e distribuição de energia. Os objetivos dos programas eram: garantir o abastecimento a longo prazo, afastar a cogitação de novas crises, focar no mercado consumidor, promovendo a inserção deste por meio da Universalização de Acesso e de Uso da Eletricidade. Seguindo o desenvolvimento do Setor Elétrico está inserido o desenvolvimento da CELESC e o seu processo de reestruturação

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

Mesmo com uma reestruturação descontínua, a CELESC apresenta atualmente, indicadores econômicos, sociais, financeiros e tecnológicos positivos, fruto de políticas bem planejadas e de investimento distribuídos em todas as áreas. A transformação da CELESC em holding no ano de 2006 representa uma mudança significativa na estrutura da empresa, pois os serviços de geração e distribuição se dividiram em duas subsidiárias integrais detentoras de concessões para a exploração de energia elétrica. Com a desverticalização, a CELESC finalizou o processo de controle acionário da SCGÁS, outra subsidiária responsável pela distribuição de gás natural em Santa Catarina.

O mercado consumidor da CELESC é muito diversificado e observa-se um crescimento do mercado de em 2006 de 3,2% se comparado com o ano de 2005. No ano de 2007 verifica-se um aumento significativo de consumo na classe industrial, deve-se isso ao aumento do número de empresas e indústrias no norte do Estado e também a volta de clientes industriais do mercado livre de energia para a concessionária. Com relação aos investimentos, desde de 2004, a CELESC apresenta crescimento no total de investimentos, a maior parte destinada para a CELESC Distribuição S.A, com objetivos de construção de obras, ampliações de subestações e construção de linhas de transmissão. No tocante a gestão de Recursos Humanos da empresa observa-se uma maior capacitação do seu quadro funcional com treinamentos e também cursos de pós-graduação, chamado de Programa de Desenvolvimento Gerencial. Nesta gestão, a diminuição do quadro de funcionário tem como contrapartida o aumento da produtividade.

Os índices de endividamento, liquidez e rentabilidade são indicadores que definem a saúde financeira da empresa. Observa-se que o índice de endividamento decresce desde 2002, com uma redução significativa em 2006, de 28% em relação a 2005. No ano de 2007 houve um aumento de 5,5% em relação a 2006. O índice de liquidez mede a exposição da CELESC ao risco, tanto de pressões de liquidez de curto prazo com de solvência no longo prazo. Pode-se verificar que em 2005 houve redução do índice de liquidez corrente devido ao aumento de despesas no curto prazo, já de 2006 para 2007 ocorreu um aumento do índice de liquidez devido a dívidas que eram de curto prazo e passaram para longo prazo. A receita operacional líquida em 2007 superou em 10,41%, comparado com o ano de 2006. O que explica o resultado de 2007 é a

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

evolução da receita operacional líquida da CELESC e os efeitos da receita operacional líquida na SCGÁS. O lucro líquido foi de R\$ 346 milhões, 61,9% superior ao ano de 2006.

Nestes termos, conclui-se que a CELESC, próxima de alcançar o fim da primeira década dos anos 2000, se acha reestruturada, com novos propósitos e novas funções, posição diferente do início dos anos 90, quando, como outras empresas estatais do setor elétrico foi objeto de processo de privatização. Hoje, a empresa estatal constitui instrumento de desenvolvimento, marcada por novo momento no desenvolvimento capitalista, onde os atores públicos e privados, juntos procuram criar condições competitivas.

BIBLIOGRAFIA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Disponível em: <(www.aneel.gov.br)>. Acesso 27 set. 2008.

ARIENTI, W. **Do estado keynesiano ao estado schumpeteriano**. *Revista de Economia Política*, v.23, n.4, Outubro-dezembro. 2003.

CABALLERO, Á. J. A. **Adaptação Organizacional Estratégica e Evolução Financeira no Setor Elétrico: o caso das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

CASTRO, N. A. **Trabalho e Organização Industrial num Contexto de Crise e Reestruturação Produtiva**. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 2001.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1990.

_____. **Reestruturação Societária e Patrimonial**. Florianópolis, 2004.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1994.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2003.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1992.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1995.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1996.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1997.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1998.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 1999.

_____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2000.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

- _____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2001.
- _____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2002.
- _____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2004.
- _____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2005.
- _____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2006.
- _____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2007.
- _____. **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis**. Florianópolis, 2008.
- _____. **Relatório de Gestão 1970/1980**. Florianópolis, 1980.
- _____. **Relatório de Gestão 1990/1995**. Florianópolis, 1995.
- _____. **Relatório de Gestão 1999/2002**. Florianópolis, 2002.
- COSTA, C. **Á espera do Pool**. BRASIL ENERGIA. Energia Elétrica, n° 279, fev. 2004.
- D'ARAÚJO, R. P. **Tentativa e Erro**. São Paulo: Canal Energia, 08 set., 2003.
- DIAS, R. F. (coord.). **Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1988.
- ELETROBRÁS. **Plano Nacional de Expansão 2000/2009**. Rio de Janeiro, 1999.
- ELETROBRÁS. Centrais Elétricas Brasileiras. Disponível em: <www.eletrobras.gov.br>
Acesso em 20 set. 2008.
- EVANS, Peter (1996). **El Estado como problema y como solución**. *Desarrollo Económico*, v. 35, n. 140, enero-marzo.
- FERREIRA, C. K. L. Privatização do setor elétrico no Brasil. In: PINHEIRO, A. C.;
- FUKASAKU, K. (org). **A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES-OCDE, fev. 2000, p. 180-220.
- GESET - Gerência de Estudo Setoriais. **A Oferta de Energia Elétrica no Brasil**. Informe Infra-estrutura. Área de Projetos de Infra-estrutura. Rio de Janeiro, n. 37, ago.2000.
- INSTITUTO CIDADANIA. **Diretrizes e Linhas de Ação para Superar a Crise do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro, 24 out., 2001. Texto.
- IUDÍCIBUS, S. **Análise de Balanços: A análise de liquidez e do endividamento; a análise do giro; a análise da rentabilidade**. São Paulo, 1998.
- LALL, S. **Technology and industrial development in an era of globalization**. In: CHANG, Ha-Joon (Ed.). *Rethinking Development Economics*. London: Anthem Press. 2003.
- Lei Estadual nº 13.570, de 23 nov., de 2005. Autoriza o Chefe do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina a promover a reorganização administrativa, técnica e societária das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A, dispõe sobre o Acordo de Acionistas e sobre o Contrato de Gestão da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC. Florianópolis, 2005.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

LIMA, J.L. **Políticas de Governo e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica: do Código das Águas à Crise dos Anos 80.** Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

LORENZO, H. C. de. **O Setor Elétrico Brasileiro: Reavaliando o Passado e Discutindo o Futuro.** São Paulo, 2002. 25 p. Programa de Pós Graduação em Economia (História Econômica) FCL/UNESP/ Campus de Araraquara, UNIARA.

MELLO, Henrique Couto Ferreira. **Setor Elétrico Brasileiro visão política e estratégica.** Rio de Janeiro, 1999. Monografia. Escola Superior de Guerra.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Disponível em: <(www.mme.gov.br)>. Acesso em 03 set. 2008.

PAIXÃO, L. E. **Memórias do Projeto RE-SEB: a história da concepção da nova ordem institucional do setor elétrico brasileiro.** São Paulo: Massao Oho, 2000.

PALMA, G. **Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina.** In: FIORI, José Luís (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis:Vozes. 2004.

PINTO JÚNIOR, H. Q. **O Papel das Inovações Financeiras e a entrada do capital privado: As mutações do contexto de Financiamento da Indústria Elétrica Brasileira.** Florianópolis, 1998. UFSC.

RODRÍGUEZ, O. **La agenda del desarrollo** (elementos para su discusión). *Economía-Ensaíos*, n. 16(2)/17(1), jul. e dez. 2002.

RODRÍK, Dani (2005). Growth Strategies. In: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven (Eds.). *Handbook of Economic Growth*. Volume 1A. Amsterdam: Elsevier North-Holland.

ROSA, L. P. **Um país em leilão: das privatizações à crise de energia.** Rio de Janeiro: COPPE - UFRJ, 2001, v. 2.

SANTA CATARINA, Governador, 1995-1999 (Paulo Afonso). **Plano de governo.** Florianópolis, 1994.

SCHMITZ, S. (coord.) **CELESC, 40 Anos de luz: uma visão social.** Mimeo. Florianópolis, 1995.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. **A mundialização do capital e a expansão do poder americano.** In: FIORI, José Luís (Org.). *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes. 2004.

TEODORO, D. M. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro e os reflexos em uma empresa estatal: um estudo de caso na Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc.** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia – UFSC – Centro Sócio Econômico - Programa de Pós-Graduação em Economia/PPGE, 2006).

VEIGA, J. E. **O ‘fordismo’ na aceção regulacionista.** *Revista de Economia Política*, v.17, n.3, julho-setembro. 1997.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Desenvolvimento e infraestrutura

WADE, R. *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press, 1990.